

Nota de Abertura

Suecos em Dublin

O discurso público sobre impostos em Portugal varia entre dois paradigmas. Quando é para pedir ao Estado, os nossos impostos justificam um cabaz de prestações públicas “como nos países nórdicos”. Quanto é para dar ao Estado, o melhor é sem dúvida o exemplo da Irlanda, com uma taxa de IRC de 12,5% “que permite o crescimento económico e atrai investimento estrangeiro”. Isto para já não referir as costas largas da “complexidade da lei fiscal” que afasta investidores para outras paragens, lá “onde a lei não muda todos os dias”.

Tudo está por provar: o nosso sistema será mais complexo do que outros? As nossas leis maiores? Mais imprecisas? Uma baixa da taxa de imposto conduziria ao crescimento e à competitividade? E ao crescimento de quem em detrimento de quem?

A captura do espaço público com o discurso da descida das taxas é uma importação de outras paragens, sem qualquer conhecimento do contexto, das causas ou sequer dos resultados das (poucas) experiências realizadas. Num recente artigo com o sugestivo título “Meaningless Comparisons: Corporate Tax Reform Discourse in the United States”, que Omri Y. Marian (University of Florida - Fredric G. Levin College of Law) publicou na Virginia Tax Review (Vol. 32, No. 1, 2012), o autor demonstra que também o discurso público fiscal americano está cheio de comparações descontextualizadas e desadequadas.

No discurso público importam mais os estandartes do que os estudos.

Para a realidade portuguesa não é preciso revisitar as críticas normais à supply-side economics, nem lembrar, por exemplo, no que deram os tax cuts de Bush.

Basta pensar nisto: o regime contratual fiscal português permite tudo. Permite uma autoeuropa, duas, mil autoeuropas com zero de IRC. Se elas não se vieram instalar em Portugal não é à falta de benefícios fiscais, é porque a mão-de-obra não é suficientemente educada, os tribunais são opacos e se atrasam, a administração pública não tem a qualificação desejada, a riqueza não está distribuída da melhor forma e o Estado ainda suporta um conjunto de rendeiros clientelares. Cada segundo à volta do discurso mágico da desvalorização fiscal é tempo roubado à reflexão sobre o papel do estado e ao controlo da eficiência e justiça dos gastos públicos. O problema nunca é a taxa do IRC. Parafraseando um slogan eleitoral norte-americano, é caso para dizer: é a despesa, estúpido!

João Gama
Diretor-executivo